

TCE-BA

Auditora do TCE/BA fala sobre Lei Geral de Proteção de Dados em seminário de Auditoria do SUS

A auditora de contas públicas e presidente do Núcleo de Compliance do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, Morgana Bellazzi de Oliveira Carvalho, ministrou, na tarde desta terça-feira (11.04), palestra sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no 9º Seminário de Auditoria do SUS/BA.

<https://www.tce.ba.gov.br/noticias/auditora-do-tce-ba-fala-sobre-lei-geral-de-protacao-de-dados-em-seminario-de-auditoria-do-sus>

TCE-CE

Servidores públicos e população em geral de Tianguá recebem atividades de formação por meio do TCEduc

Dando início às ações da segunda etapa do TCEduc 2023, o Tribunal de Contas do Estado do Ceará, por meio da Escola de Contas Instituto Plácido Castelo (IPC), chegou ao município de Tianguá nesta terça-feira (11/4). Gestores públicos, autoridades municipais e estaduais, servidores, comunicadores e a sociedade em geral da cidade-sede receberam as qualificações, que também favoreceram a população de Carnaubal, Croatá, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, São Benedito, Ubajara e Viçosa do Ceará.

<https://www.tce.ce.gov.br/comunicacao/noticias/5368-servidores-publicos-e-populacao-em-geral-de-tiangua-recebem-atividades-de-formacao-por-meio-do-tceduc>

Otimização e celeridade estão entre os benefícios da proposta de Instrução Normativa do TCE Ceará sobre Gestão Fiscal

Gestores públicos do Estado e dos Municípios cearenses participaram, na tarde desta terça-feira (11/4), de uma audiência pública promovida pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará. O objetivo era debater a minuta da Instrução Normativa que dispõe sobre a elaboração, remessa e disponibilização de dados da gestão fiscal para fiscalização desta Corte de Contas, em observância à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

<https://www.tce.ce.gov.br/comunicacao/noticias/5369-otimizacao-e-celeridade-estao-entre-os-beneficios-da-proposta-de-instrucao-normativa-do-tce-ceara-sobre-gestao-fiscal>

TCE-GO

Revista Controle Externo tem edição dedicada ao meio ambiente e direito financeiro

A nova edição da Revista Controle Externo, editada pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) e Editora Fórum, já está disponível no formato eletrônico. A publicação, em sua sexta edição, tem caráter especial, dedicando-se à produção dos mestrados e doutorandos da disciplina Direito Financeiro e Meio Ambiente, do programa de pós-graduação stricto sensu da Faculdade de Direito da USP.

<https://portal.tce.go.gov.br/-/revista-controle-externo-tem-edicao-dedicada-ao-meio-ambiente-e-direito-financeiro>



TCE-MS

Inspeção do TCE-MS detecta irregularidades em frota de veículos

A equipe técnica da Divisão de Fiscalização de Contas de Governo e Gestão, do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, detectou irregularidades na aferição das condições da frota de veículos da Prefeitura de Porto Murtinho, referente a gestão do período de janeiro a dezembro de 2019.

<https://www.tce.ms.gov.br/noticias/detalhes/7020/inspecao-do-tce-ms-detecta-irregularidades-em-frota-de-veiculos>

Santa Casa pede ajuda ao TCE-MS para sanar problemas com o Município

Os desafios e as dificuldades enfrentadas no dia-a-dia do maior hospital de Mato Grosso do Sul foram o motivo da visita do corpo diretivo da instituição ao presidente do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul, conselheiro Jerson Domingos.

<https://www.tce.ms.gov.br/noticias/detalhes/7018/santa-casa-pede-ajuda-ao-tce-ms-para-sanar-problemas-com-o-municipio>

TCE-MG

TCE identifica irregularidades em pregão eletrônico na prefeitura de Santa Luzia

A decisão monocrática do conselheiro Wanderely Ávila de suspender o pregão eletrônico 025/2023, da prefeitura de Santa Luzia, foi referendada pela Segunda Câmara, na última terça-feira, 11 de abril. O objetivo do procedimento é a contratação de empresa especializada na área de tecnologia da informação para fornecimento de licença de sistema de gestão pública administrativa e tributária municipal, pelo período de 12 meses.

<https://www.tce.mg.gov.br/noticia/Detalle/1111626259>

Tribunal de Contas suspende licitação em Formiga

A Segunda Câmara do Tribunal de Contas referendou, nesta terça-feira, 11/04, a medida de suspensão cautelar no processo de denúncia n. 1141454, proferida pelo conselheiro substituto Hamilton Coelho no edital de "Chamamento Público" n.º 001/2023, da prefeitura de Formiga, município localizado no oeste mineiro.

<https://www.tce.mg.gov.br/noticia/Detalle/1111626258>



TCE-PB

TCE-PB apresenta relatório e mostra disponibilidades financeiras dos institutos de previdência dos municípios

Oito municípios paraibanos registraram redução nas disponibilidades financeiras das contribuições obrigatórias para os institutos de previdência própria. Outros dez apontam aumento e acumulam recursos acima de R\$ 26 milhões. A soma dos valores arrecados pelos 70 regimes próprios atingiu o montante de R\$ 1.470.724.273, conforme os dados do Sagres-TCE/PB, referentes ao mês de fevereiro de 2023, apresentados pelo presidente do TCE-PB, conselheiro Nominando Diniz Filho, nesta quarta-feira (12), durante sessão do Tribunal Pleno.

<https://tce.pb.gov.br/noticias/tce-pb-apresenta-relatorio-e-mostra-disponibilidades-financeiras-dos-institutos-de-previdencia-dos-municipios>

TCE-PR

Escolas de Pato Branco e Coronel Domingos Soares recebem auditoria do TCE-PR

Escolas públicas municipais de Pato Branco e Coronel Domingos Soares, no Sudoeste do Paraná, estão recebendo nesta semana fiscalização do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR), com o objetivo de avaliar a gestão sobre a manutenção e a conservação de edificações escolares, com foco no planejamento, na estrutura organizacional, na eficácia e na equidade.

<https://www1.tce.pr.gov.br/noticias/escolas-de-pato-branco-e-coronel-domingos-soares-recebem-auditoria-do-tce-pr/10391/N>

TCE-RJ

Legado Intangível da Intervenção Federal na segurança não foi implementado efetivamente

Uma auditoria de acompanhamento do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) encontrou falhas na implementação do Legado Intangível da Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro. Realizada entre abril e julho de 2022, a auditoria abrangeu a Secretaria de Estado de Polícia Militar, a Secretaria de Estado de Polícia Civil, a Secretaria de Estado de Defesa Civil e Corpo de Bombeiros Militar e a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, tendo como objetivo acompanhar a implementação das ações do Governo do Estado que garantissem a efetividade do legado intangível, desde a estruturação física e a expedição de atos normativos até processos de formação de servidores.

https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/noticia/legado_intangivel_da_intervencao_federal_na_seguranca_nao_foi_implementado_efetivamente



TCE-SC

De forma inédita, TCE/SC ordena o registro de aposentadoria de servidor que realizou alteração de gênero

O Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC), de forma inédita, ordenou o registro de aposentadoria de uma servidora municipal que realizou alteração de gênero. A decisão, já publicada no Diário Oficial Eletrônico da Corte, acompanhou a análise dos técnicos da Corte, que levou em consideração, para efeito de cálculo de tempo de contribuição para a concessão do benefício previdenciário, o tempo correspondente ao sexo opcional registrado nos documentos oficiais da pessoa. No caso concreto, o feminino.

<https://www.tcsc.tc.br/de-forma-inedita-tcsc-ordena-o-registro-de-aposentadoria-de-servidor-que-realizou-alteracao-de>

TCM-SP

Mesa Técnica no TCMSP discute gestão das Casas de Cultura do município

O Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP) recebeu, na segunda-feira (10/04), integrantes da Secretaria Municipal de Cultura (SMC) e vereadoras da Câmara Municipal, para uma mesa técnica que abordou a transferência de gestão de 20 Casas de Cultura às OSCs (Organizações da Sociedade Civil).

<https://portal.tcm.sp.gov.br/Pagina/58885>

TCE-SE

Podcast MPC Cidadão: “O poder público já deve começar a adotar a nova Lei de Licitações”

Embora a exclusividade de sua aplicação venha a se dar apenas a partir do dia 30 de dezembro de 2023, a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei 14.133, de 2021) já poderia ter sido utilizada pelos órgãos públicos desde o dia 01 de abril de 2021. A orientação é do coordenador de Controle Interno do Tribunal de Contas do Estado (TCE/SE), Fábio Silva, convidado do mais recente episódio do Podcast MPC Cidadão, conduzido pelo procurador-geral do Ministério Público de Contas (MPC), João Augusto Bandeira de Mello.

<http://www.tce.se.gov.br/SitePages/noticia.aspx?postID=2330>

